COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL PREÇO AVULSO: 250$00 ANO VI Nº 58 NOVEMBRO 1990

Utilizar, na sombra, os projectos do inimigo

Em 25 de Outubro último, publicou o Diário de Notícias **uma longa entrevista com Xanana Gusmão que, segundo este matutino, teria sido feita por um jornalista australiano que teria estado com o comandante da Resistência armada em fins de Setembro, depois de várias peripécias arriscadas.**

Foi a primeira vez que um jornal diário, com a audição do DN, deu a sua primeira página a um dirigente da Resistência timorense, possibilitando que a sua voz e o seu pensamento cheguem a um público alargado e, muito particularmente, à classe política dirigente portuguesa.

Neste número de Informação Timor-Leste **reproduzimos a primeira parte da entrevista, onde Xanana Gusmão analisa a relação de forças entre a guerrilha e as Forças Armadas da Indonésia (conhecidas pela sigla ABRI) e quais as repercussões da luta armada sobre a resistência na sua globalidade.**

O DIA É DOS JAVANESES, A NOITE É DA GUERRILHA

«Toda a iniciativa do ocupante teve, tem e terá sempre o efeito de «boomerang». Nunca nos assustaram as ameaças, as manobras nem as políticas do ocupante, porque foi sempre nosso princípio não nos deixarmos abater por tudo quanto o inimigo nos impõe, mas explorar as nossas possibilidades quanto às vantagens que podemos daí cobrar. Daí que toda a vantagem que retiramos, provém do aproveitamento racional e metódico que obtemos da situação que se manifesta a nosso desfavor. Porque sempre nos encontramos num plano de subordinação à estratégia do inimigo, nunca nos moveu um espírito de combate frontal, isto é intenção de promover dificuldades tais que o adversário se veja inibido de realizar os seus propósitos. Nós estamos orientados por uma linha de pensamento que se resume na palavra de ordem de RESISTIR É VENCER. O carácter e o dinamismo deste princípio assenta na atenção primordial que dedicamos às bases reais para a consolidação e prosseguimento da resistência e é isso que nos tem assegurado a necessária serenidade para encararmos as dificuldades que se nos têm vindo a apresentar.

Podem muitos pensar realmente que não estamos capazes de impedir os projectos ou propósitos do ocupante, demonstrando assim a nossa total inoperância. Nós não vemos essa necessidade de frustrar, de impedir por impedir, para dar a impressão de que pretendemos impedir; vemos é outra necessidade maior, imperiosa por excelência: a de tirarmos todas as vantagens possíveis desses projectos do adversário. Assim, podemos mesmo dizer que nós próprios utilizamos, na sombra, os projectos do inimigo, na ideia que parece já todos saberem: «o dia é dos javanêses, a noite é da guerrilha», uma guerrilha que engloba a resistência do nosso Povo.

Sempre que o inimigo esboça uma estratégia, em qualquer campo que for, temos verificado que, «a priori», ele minimiza

enormemente as nossas possibilidades de chamar para nós algum quinhão dos ganhos que pretende para si, tendo até agora demonstrado unicamente que se mantém com obsessão, num erro crasso de análise acerca da mentalidade maubere, acerca de uma consciência que a guerra que ele nos impôs, desde há 15 anos, UNIFICOU E CONSOLIDOU. Aliás, o ocupante não tem outra saída e ele não pode fugir desta lei: quando pretende criar uma situação a seu favor, ele promove no próprio acto outra situação que será a seu desfavor. O carácter de supremacia que detém sobre nós, no plano global da guerra, assenta simplesmente na necessidade constante de cobrir as suas próprias falhas com outras falhas. É um círculo vicioso que, inicialmente, lhe oferece uma natureza fictícia de grande sucesso, que inevitavelmente vai perdendo o seu fulgor à raiz de pequenos aborrecimentos que vai sentindo no plano interno, de que muitas das vezes ele próprio nem dá conta, uma situação que se desenvolve contrariamente aos seus desejos e que expressa a gradual ou rápida aplicação de novos métodos ou melhoria significativa de métodos de luta.

Relativamente à «abertura», se Jacarta continua saboreando a sua grande vitória no plano da propaganda, a resistência

NESTE NÚMERO:

- **Utilizar, na sombra, os projectos do inimigo**
- **Visita parlamentar ou missão exploratória**
- **O clã Carrascalão ao ataque?**

maubere não deixou de mostrar que sabe situar-se a toda e qualquer alteração produzida pelo ocupante. Temos usufruído muito mais vantagens do que o próprio ocupante dessa política, vantagens que são despercebidas muitas delas e até mesmo desconhecidas mas que, no âmbito global da resistência, reforçam os fundamentos desta luta popular. Pelos princípios que adoptamos, não sobrestimamos o fulgor inicial que as vitórias do ocupante sempre tiveram a «virtude» de proporcionar aos olhos do mundo».

A ABRI NÃO VALE NADA!

«Quanto à ABRI, se considerarmos que a estratégia é a intenção última que se pretende alcançar, a estratégia da ABRI não sofreu alterações mas, se considerarmos estratégia sob o ponto de vista de planos de acção para se alcançar essa intenção última, podemos dizer que sim. Anteriormente, a linha militar obedecia ao pensamento, ao desejo de uma resolução rápida da guerra, enquanto hoje, notando-se embora um empenhamento em grau mais eficiente, eu poderia classificar de uma estratégia de correspondência com o nosso pensamento estratégico de guerra prolongada. Assiste-se, por um lado, a uma melhoria de formas de actuação que, entretanto, é por assim dizer travada pela própria «abertura». Isso não quer dizer que o efeito da nova estratégia da ABRI tenha resultado inoperante. (...).

A ABRI não vale nada. (...) Um exército de guerrilha tecnicamente bem preparado e com a mínima capacidade de remuniciamento, derrota no campo de batalha os generais de Jacarta. (...) A moral da ABRI está corroída pela guerra em Timor-Leste que, se foi um campo de treino, muito lhes custou o treino. O factor essencial para qualquer guerrilha é a existência de uma forte motivação política, sustentáculo de uma moral inquebrantável. Este é um pressuposto básico. Outra condição importante é assegurar-se da capacidade de reforço em efectivo humano. Para uma estratégia de «solução pela guerra», basta garantir-se, ao longo da guerra, da mínima possibilidade de um remuniciamento regular. As armas virão e compradas por Beni Murdani. Outra questão a ter em muita boa conta é explorar e ganhar vantagem das contradições existentes no campo adversário. A ABRI, como disse, não vale nada. Falta-lhe aquilo que a guerrilha possui, enquanto que o que a ABRI possui será a própria ABRI quem fornecerá à guerrilha».

A NOSSA EXTERMINAÇÃO NÃO SIGNIFICARÁ O FIM DA GUERRA

«(...) Se, há 3,4 anos, ainda nos preocupávamos com o «depois da exterminação das FALINTIL», hoje, a exterminação das FALINTIL é apenas vista como um preço exigido pela PÁTRIA. Não só é com muito agrado mas é com um incontrolável orgulho que as FALINTIL constatam que os seus sacrifícios puderam acalentar e consolidar as bases de uma resistência verdadeiramente nacional, tornando-as hoje indestrutíveis.

A situação, no plano interno, atingiu um estádio inigualável e não podemos esconder a nossa imensa satisfação ao declararmos isto. As nossas esperanças, do início desta fase, tornaram-se nesta empolgante realidade, que fomos construindo com os cadáveres de todos quantos tombaram pela Pátria, a confiança que depositávamos na inexcedível abnegação do nosso Povo traduziu-se na própria certeza e a fé que sempre nos guiou corporizou-se enfim numa total assunção do dever de buscar a vitória.

No plano global da guerra, todos estamos seguros de que o tempo corre a nosso favor e não a favor de Jacarta. No campo meramente militar, as FALINTIL estão conscientes de que já cumpriram o seu dever e estamos política, psicológica e moralmente cada vez mais preparados para aceitar a nossa exterminação, porque sabemos que a nossa exterminação não significará o fim da guerra. O Povo Maubere continuará a lutar e não desistirá, sejam quais forem os vendavais da História.

O nosso Povo, 15 anos depois, não só provou que nunca esmoreceu como afirma que tem aumentada a certeza de que a guerra não acabará tão cedo, se Jacarta se mantiver inflexível na sua atitude. É este factor o que melhor atesta a actual situação interna da resistência maubere. (...).» □

Visita parlamentar ou missão exploratória?

Na Assembleia Geral (A.G.) da ONU o debate sobre Timor-Leste foi adiado de novo e uma possível derrota em votação afastada (por quanto tempo?). Enquanto se levanta a hipótese duma «missão exploratória» de contornos algo nebulosos, os deputados portugueses pedem ao MNE clareza de processos e a resistência timorense faz saber do seu interesse em que a visita se concretize rapidamente.

KOWEIT AJUDA TIMOR-LESTE

No inicio de Agosto passado as perspectivas de evolução, em relação a Timor-Leste, apresentavam-se bastante sombrias: os contactos negociais entre Portugal e a Indonésia não produziam resultados visíveis e a pouco mais de um mês do inicio dos trabalhos da 45ª sessão da A.G. da ONU, observadores bem situados consideravam muito provável que a Indonésia tentasse forçar uma votação.

Tal votação, a ocorrer, teria resultados teoricamente imprevisíveis. Atendendo, todavia, ao empenhado trabalho desenvolvido pela diplomacia de Ali Alatas ao longo do último ano (reaproximação à URSS, reatamento de relações com a R.P. da China, «namoro» a influentes países do Sul (caso do Zimbabué e do ANC de Mandela) não era descabido equacionar a hipótese duma vitória indonésia (certos diplomatas portugueses, por exemplo, encaravam como possível essa ocorrência...)

Dá-se subitamente, em 4 de Agosto, a invasão do Koweit: este acontecimento inesperado vem, pelas suas evidentes analogias com o caso de Timor-Leste constituir um poderoso apoio da oposição portuguesa na ONU e de alguma forma inverter - temporariamente - a correlação de forças.

«PROGRESS REPORT»: DE NOVO (!) A VISITA

Em Setembro há novos contactos entre as delegações portuguesa e indonésia (ver **Informação Timor-Leste** nº 56), e pouco depois é divulgada a agenda de trabalhos da A.G.. Não iria, afinal, haver votação: na reunião de 18 de Setembro do Comité Geral (órgão que define a agenda) a França e o Fiji tinham conciliado, com o acordo prévio de Portugal e Indonésia, uma proposta de adiamento de debate. Por esses dias (17 de Setembro) é também tornado público o texto do «Progress Report» do Secretário Geral (documento de ponto de situação que Cuellar - mandatado para a condução do processo - anualmente apresenta à A.G.). Extremamente lacónico, como costume, dá conta dos contactos que manteve com representantes oficiais portugueses e indonésios e da realização de 7 rondas negociais (**«substantive talks»**), as quais evoluíram **«de maneira séria e construtiva»** conduzindo a **«consideráveis progressos»**; o destaque mais significativo vai

"The UN wants to know if you're happy — answer Yes or Yes."

para a insistência (4 referências ao longo de três parágrafos) na eventual visita duma delegação parlamentar portuguesa, visivelmente o único tema que mantém viva a razão de ser do «Progress Report».

Os trabalhos da A.G. iniciaram-se em finais de Setembro: o elemento de maior interesse residia no teor das intervenções dos representantes dos estados membros; no caso de Portugal, o primeiro-ministro Cavaco Silva produziu um depoimento incisivo explorando habilmente a similitude entre os casos do Koweit e de Timor-Leste (o que deu, aliás, origem à utilização do direito de resposta por parte da Indonésia) além de extenso (2 páginas em 13); de referir o discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, em nome dos 12, que continha um parágrafo dedicado à questão, de conteúdo um pouco mais empenhado que o do ano anterior.

MISSÃO EXPLORATÓRIA

Quase em simultâneo com a adiamento do debate, o **Diário de Notícias** de 26 de Setembro informava, citando fontes das Nações Unidas, que teria sido acordado entre Portugal e a Indonésia a realização de uma **«missão de carácter exploratório»** a Timor-Leste, a decorrer até Dezembro de 1990. A referida missão, **«encabeçada pela ONU»** mas incluindo também portugueses e indonésios, era apresentada como a fórmula encontrada para obstar ao impasse decorrente da não deslocação a Timor da delegação parlamentar, agora apresentado como um dado ausente.

Dias depois (6 de Outubro), o **Público** pegava de novo no tema, garantindo que a dita missão exploratória (que apenas teria um carácter técnico, visando preparar a futura deslocação parlamentar) não tinha ainda data marcada, estando mesmo a sua concretização dependente de acordo entre Portugal e a Indonésia (a obter) quanto às modalidades e termos de referência da visita da delegação parlamentar.

O argumento invocado para esta missão (proposta que, segundo o **Público**, teria partido do Secretário da ONU) seria de novo fundamentar o adiamento da visita. No mesmo artigo se afirmava que as negociações entre os dois países estariam neste momento completamente paradas, não havendo datas previstas para reinicio de consultas.

Sabia-se, todavia, que não houvera qualquer rotura no processo negocial, que os contactos iriam prosseguir e que a possibilidade de envio da missão exploratória era e é real. Subsiste a dúvida de saber se estará efectivamente dependente de acordo quanto ao quadro geral relativo à visita dos deputados portugueses e qual a data mais provável.

Informações provenientes de várias fontes sugerem que já teriam sido objecto de pré-acordo entre Portugal e a Indonésia a generalidade dos pontos em aberto (incluindo a polémica questão da paragem do avião português em Jacarta) restando «apenas» assegurar o acordo parlamentar.

TRANSPARÊNCIA E CELERIDADE, EXIGE-SE

Parece razoável aceitar que num processo negocial tão melindroso e complexo como este haja conveniência manter uma adequada discrição, evitando atitudes públicas prematuras ou precipitadas que possam perigar tendências mal cimentadas. Não deixa todavia de ser preocupante a marginalização sistemática a que a A.R., a Comissão Eventual para Timor-Leste e os partidos políticos (à excepção, parece - e nem mesmo isso é seguro - do partido do governo) têm sido votados. Os deputados queixam-se de falta de informação, tendo toda a oposição protestado na última conferência de líderes pela ausência de esclarecimentos ao Parlamento por parte do MNE. Se o governo pretende envolver a A.R. no processo - e terá de o fazer, pois o convite indonésio foi endereçado ao Parlamento e não ao MNE - haveria toda a vantagem em agir de forma mais transparente, evitando assim gerar suspeições, desconfianças talvez despropositadas, mas que aquele tipo de comportamento fomenta.

Convirá que para além de uma maior clarificação, o processo se torne mais célere. Todos os testemunhos de visitantes recentes do território dão conta da enorme expectativa com que os timorenses (especialmente os jovens) aguardam a delegação parlamentar. Por outro lado sabe-se que a Indonésia tem intensificado as operações de contra-guerrilha territorial, bem como o despovoamento estratégico, tentando retirar capacidade de iniciativa à Resistência armada. Como dizia Xanana Gusmão em carta recentemente chegada do interior: **«quanto mais se arrasta esta questão da vinda, mais tempo o ocupante tem para, aparentemente, "ocupar" todo o território (...) para nós, quanto mais cedo melhor».**

PETRÓLEO DE TIMOR: NEGOCIAÇÕES QUASE CONCLUÍDAS

A exigir também a maior atenção de Portugal é o caso do «Timor Gap»: no inicio de Outubro, a Comissão I do Parlamento indonésio (DPR) estava em fase de análise ao Tratado. Esta comissão, responsável por questões dos Negócios estrangeiros, segurança, etc, é composta por 10 parlamentares e no decurso dos seus trabalhos teve já oportunidade de ouvir em audiência o governador Carrascalão (que curiosamente protestou pela marginalização dos timorenses no processo e pelo facto da «joint authority» australiana-indonésia ir ficar sedeada em Kupang/ /Timor indonésio, e não em Dili).

Os trabalhos da Comissão continuam na 2ª quinzena de Outubro prolongando-se até 4 de Novembro, após o que esta, irá presumivelmente propor ao Parlamento a ratificação do Tratado do «Timor Gap». Portugal, que tem repetidamente afirmado que iria aguardar pela finalização das formalidades legais e ratificação completa (recorde-se que o Parlamento australiano já ratificou e que após idêntica atitude do DPR o Tratado se torna automaticamente válido) antes de tomar qualquer iniciativa, tem agora à vista a oportunidade porque esperava. □

Clã Carrascalão ao ataque?

O ambíguo «gobernur» Carrascalão perdeu um pouco da sua ambiguidade ao falar para a agência noticiosa France-Press, criticando abertamente a política seguida em Timor-Leste pelo regime de Jacarta ao longo destes quinze anos.

Qual o significado desta atitude, neste momento? E o que tem isto a ver com o que o resto da família anda a fazer lá dentro e cá fora?

Desde que em 1983 os indonésios o escolheram para governador da sua «27ª província», Mário Viegas Carrascalão tem procurado manter uma posição de algum distanciamento e «independência» política relativamente às autoridades indonésias, o que o tem levado a assumir, por vezes, atitudes críticas pontuais ao comportamento destas em Timor-Leste.

Tal posicionamento de «independência» crítica é, de certo modo, consentido e facilitado por Jacarta, já que ele reforça a «autoridade» do governador não só junto da população mas também aos olhos da comunidade internacional, tornando-o ou tentando torná-lo, uma figura de consenso, pacificadora da sociedade timorense e sua integradora na sociedade indonésia. E, na verdade, os refugiados de Timor que chegam a Portugal são quase unânimes em reconhecer o papel mediador de Mário Carrascalão.

A partir do momento em que a Resistência invadiu as ruas de Dili, abrindo ao mundo o conflito e a sua natureza, esta posição do governador ficou comprometida, já que a clarificação de posições o obriga a ter que tomar partido, claramente, por um dos lados em confronto.

Na citada entrevista divulgada pela France-Press em 30 de Outubro, Carrascalão reconhece que **«Jacarta não conhece as necessidades reais dos timorenses »**. **«Temos de admitir que nos enganámos»**, disse, acusando **«o governo indonésio e as forças armadas»** de terem feito **«uma má aproximação»** aos timorenses e acrescentou que **«se a população comete hoje erros é porque Jacarta já os cometeu antes»**.

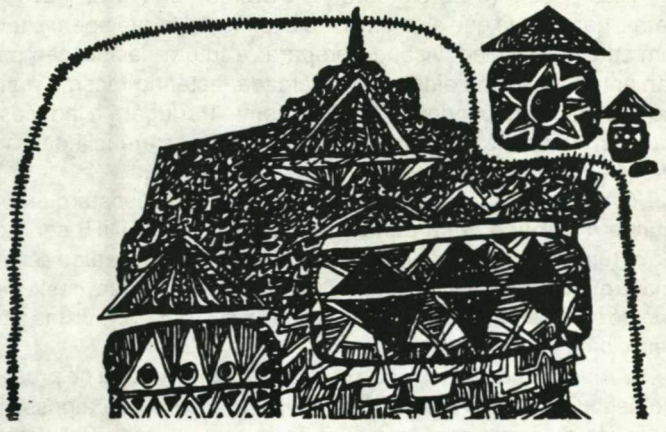
Segundo o «gobernur», a política indonésia em Timor é um insucesso pelo que se torna necessário mudá-la: **«o que os timorenses querem é recuperar a sua dignidade»**. Acusou a burocracia e a corrupção indonésias de travarem o desenvolvimento de Timor: **«5 a 15% dos fundos públicos destinados a projectos governamentais não chegam ao seu destino»**. E se há mais escolas, a falta de empregos torna a juventude **«mais frustrada»**. De acordo com Carrascalão, **«os timorenses estão completamente excluídos»** da maior parte das actividades comerciais, pois a abertura só foi boa para os militares e para os comerciantes javanêses que **«fazem negócio sem qualquer restrição»**.

«Não penso que um estatuto especial resolveria o problema de Timor», afirmou o governador que disse ser **«favorável a uma descentralização administrativa»** e contra a autonomia ou a independência do território.

Apesar destas últimas declarações não passarem de um somatório de figuras de estilo, elas revelam, contudo, que o clã Carrascalão decidiu a passar «à ofensiva». Na verdade, e segundo fontes timorenses na Austrália, desde finais do ano passado que os três irmãos - Mário, Manuel e João Carrascalão - se têm encontrado na fazenda Algarve, perto de Liquiça, reunindo à sua volta algumas figuras «pardas», para discutir um plano de «autonomia especial» para Timor-Leste. Estas discussões, que contam com a simpatia política de meios dirigentes indonésios, têm procurado delimitar o conteúdo daquela «autonomia» que, de acordo com as mesmas fontes, se aproximaria do estatuto de protectorado, que liga algumas ilhas do Pacífico aos EUA. Assim, a Defesa e os Negócios Estrangeiros manter-se-iam sob a alçada da Indonésia, ficando a administração interna do território sob responsabilidade de timorenses, que teriam a sua bandeira própria e a sua própria unidade monetária (houve quem alvitrasse a adopção do dólar australiano!). Alguns espíritos teriam mesmo avançado com a possibilidade de uma dupla nacionalidade, indonésia e portuguesa.

A pergunta que não pode deixar de surgir, ao tomarmos conhecimento desta iniciativa dos três irmãos, é a de qual a sua relação com o rompimento havido no seio da UDT, em Agosto passado, provocado por João Carrascalão e Domingos Oliveira que dissolveram, unilateralmente, a Comissão Política daquela organização. □

Mário Carrascalão



Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE-1000 Lisboa, Tel: 574718
Produção: João Escadinha **Impressão:** Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 400$00
Registo DGCS nº 112094 Dep. Leg. nº 25317